



NOTA PÚBLICA DA COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ SOBRE O PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2026

Discernir caminhos, cuidar da vida e do futuro da nação!

A **Comissão Brasileira Justiça e Paz**, fiel à sua missão histórica nascida sob a inspiração do Concílio Vaticano II e do legado do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, de defesa da dignidade humana e do Evangelho como fonte de justiça social, dirige-se ao povo brasileiro neste momento decisivo de sua história.

Nestas eleições, o que se apresenta à nossa frente não é, simplesmente, uma escolha entre nomes, mas entre dois caminhos; dois modos de compreender o Brasil e o lugar que nosso país ocupa no mundo. Cada voto carrega uma concepção distinta de sociedade, de justiça, de desenvolvimento e de nossa posição entre as nações. É diante dessa encruzilhada que cada cidadão e cada cidadã é chamado a refletir: **que tipo de nação queremos construir e deixar às gerações futuras?**

DE UM LADO, ergue-se o projeto que coloca a soberania do Brasil como valor inegociável: um país que decide por si mesmo seus rumos, que dialoga com todos sem se submeter a ninguém e que defende seus interesses com autonomia. É a visão que confia plenamente na ciência, que protege e fortalece o Sistema Único de Saúde como patrimônio de todos, que garante vacinas a todos sem distinção e que trata a saúde como direito e não como mercadoria. É também o caminho que reconhece a floresta como herança viva, que protege a Amazônia e que busca um desenvolvimento que não destrói o que a Casa Comum nos dá, zelando por um futuro em que haja vida para todos.

DO OUTRO LADO, apresenta-se a proposta que defende a subordinação do país a interesses externos e escusos, alinhando nossas decisões a vontades que não nascem em nosso solo e renunciando à independência que custou tanto a ser conquistada. É a visão que duvida da ciência, que despreza o conhecimento científico, que recusa vacinas e que enfraquece ou mesmo rejeita o SUS, tratando a saúde como privilégio de poucos. É, ainda, o caminho que entrega a natureza à exploração sem limites, que abre a Amazônia à devastação sem controle, que cede às pressões de quem quer lucrar destruindo a Casa Comum, e que deixa para trás povos tradicionais, florestas e o próprio futuro do planeta.

A diferença entre os dois projetos não é detalhe: é a diferença entre um país que decide por si ou um Brasil que obedece de fora; entre proteger a vida ou negligenciá-la; entre cuidar da terra ou saqueá-la. De um lado, o Estado a serviço de todos; do outro, o poder a serviço de poucos. O critério de discernimento é o rico patrimônio do ensino social da Igreja que prega o princípio do bem comum, a dignidade humana, a prioridade do trabalho frente ao capital e o papel do Estado na promoção da vida das pessoas e da soberania dos povos.



Comissão Brasileira Justiça e Paz

Vinculada à Comissão Pontifícia

Justiça e Paz - Roma

Relacionada com a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil

Diante dessa escolha, recordamos a cada cristão e a cada pessoa de boa vontade a palavra que ilumina nossa consciência e nossa fé:

“Pois eu estava com fome e me destes de comer; estava com sede e me destes de beber; era forasteiro e me recebestes; estava nu e me vestistes; doente e cuidastes de mim; preso e fostes visitar-me.” (Mt 25,35-36)

Que essa reflexão guie nossa escolha - não por lealdade a nomes, mas por fidelidade ao que é verdadeiramente humano, justo e digno de um país que cuida de si e de seus filhos, na construção da Casa Comum.

Brasília, 22 de setembro de 2026.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ